ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

( ) COMUNICAÇÃO

( ) CULTURA

(X) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

( ) EDUCAÇÃO

( ) MEIO AMBIENTE

( ) SAÚDE

( ) TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

( ) TRABALHO

FORMAÇÃO PARA CONSELHEIROS DO CMDPI – DE PONTA GROSSA - PR

Luttiane Fátima da Silva (luttianesilva@gmail.com)[1]

Simone Cristina Campos (simonecfontoura@hotmail.com)[2]

Maria Iolanda de Oliveira (maria2672@uol.com)[3]

Resumo: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa é um órgão de representação das pessoas idosas, e de interlocução junto a comunidade e aos poderes públicos na busca de soluções compartilhadas. O presente trabalho trata sobre a formação de conselheiros (as), apresentando o minicurso, realizado pelas acadêmicas do Curso de Serviço Social, para as conselheiras idosas representantes da sociedade civil eleitas para a gestão – biênio 2019-2020 – do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ponta Grossa - CMDPI, realizado no ano de 2019. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, para a produção do material didático e da observação durante toda a execução, para identificar a compreensão e apreensão, das participantes, do conteúdo abordado. O o minicurso foi estruturado em 04 encontros mensais e realizado por meio de rodas de conversa, para melhor interação das conselheiras participantes e entendimento das mesmas sobre os temas trabalhados. Como resultado desta ação, houve a proposição do CMDPI para ampliar a formação aos demais conselheiros e a participação do NASJEPI em edital da Fundação Itaú, no qual o NASJEPI foi contemplado com o financiamento para realizar a formação dos conselheiros da atual gestão do CMDPI.

Palavras-chave: Conselhos. Participação. Pessoa idosa.

[1] Graduanda/estagiária, NASJEPI, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Curso de Serviço Social; luttianesilva@gmail.com;

[2] Graduanda/estagiária, NASJEPI; Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Curso de Serviço Social; simonecfontoura@hotmail.com.

[3]Coordenadora do NASJEPI; Curso de Serviço Social; maria2672@uol.com.br

NOME DO PROGRAMA OU PROJETO

Núcleo de Assistência Social, Jurídica e de Estudos sobre a Pessoa Idosa - NASJEPI.

PÚBLICO-ALVO

A ação desenvolvida teve como público-alvo as conselheiras idosas do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Ponta Grossa, eleitas para o biênio – 2019-2020 - como representantes da sociedade civil na categoria de usuárias.

JUSTIFICATIVA

O NASJEPI, iniciou suas atividades em 2011, vinculado ao Departamento de Serviço da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, oportunizando aos (as) acadêmicos (as) a prática extensionista, estudo e pesquisa sobre o envelhecimento e pessoa idosa que, de acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) integra a significativa parcela da população brasileira que deve atingir seu pico em 2030 (IPEA, 2011).

Observando as várias demandas da população idosa no município de Ponta Grossa, o NASJEPI tem como um de seus objetivos orientar e informar as pessoas idosas sobre os direitos que lhes são garantidos pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10. 741/2003), assim como teórica-cientificamente formar os(as) acadêmicos(as) do Curso de Serviço Social e subsidiar os(as) profissionais interessados (as) em discutir esse tema extremamente relevante para a sociedade.

Dentro deste contexto, como acadêmicas extensionistas e estagiárias do Curso de Serviço Social, tivemos a oportunidade de participar de várias atividades no âmbito do município e uma que nos chamou a atenção, foi a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, na qual ocorreu a eleição de conselheiros não-governamentais para a composição do CMDPI, biênio 2019-2020, dentre estes os representantes dos usuários. Ao acompanhar as reuniões ordinárias do CMDPI, se observou dificuldade que os representantes da sociedade civil, particularmente os representantes dos usuários, têm de exercer efetivamente seu direito de participação, por não compreender o significado de sua representatividade, qual o papel do(a) conselheiro (a), entender a linguagem utilizada, própria da área e dos demais representantes governamentais e não-governamentais, a dinâmica de funcionamento e atuação do conselho, entre outras questões que se tornam obstáculos que

impossibilitam o efetivo exercício de conselheiro(a) e participação nas discussões e deliberações do conselho.

A partir dessa observação, foi realizado, como ação extensionista e projeto de intervenção das acadêmicas do 3º ano do curso de Serviço Social, um minicurso de formação denominado "Capacitação para Conselheiros", com o intuito de qualificar a representação das conselheiras idosas eleitas como representante dos usuários, pontuando previamente as pautas das reuniões do CMDPI e acompanhando-as nas reuniões assegurando-lhes confiança e segurança na sua participação.

OBJETIVOS

Geral:

Garantir o direito da participação da pessoa idosa, como protagonista das propostas de políticas que interessam toda essa parcela da população.

Específicos:

- Informar as participantes sobre os direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso;
- Garantir o protagonismo das conselheiras nas reuniões do CMDPI;
- Estudar o Estatuto do Idoso, reforçando sobre os direitos e deveres da pessoa idosa, com vistas à redução da violação dos direitos.

METODOLOGIA

Metodologicamente, considerando a importância da representação dos usuários no âmbito do conselho e o direito à participação previsto na Constituição Federal de 1988, buscou-se pela metodologia do ensino-aprendizagem trabalhar a partir das demandas e necessidades das conselheiras participantes.

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica para o aprofundamento teórico e produção do material didático-pedagógico e documental para conhecimento, coleta e repasse de informações acerca da dinâmica e funcionamento do Conselho.

Visto que a nova gestão do Conselho foi empossada em agosto e, o ano letivo terminaria em dezembro, com as avaliações ocorrendo no final do mês de novembro, início de dezembro, o minicurso, foi estruturado em 04 encontros entre os meses de agosto e novembro de 2019, de 04 horas, que se realizaram antes da reunião ordinária do Conselho, nos quais

participaram conselheiras (titulares e suplentes) representantes dos usuários e representantes das entidades que desenvolvem ações de proteção, promoção e atendimento a idosos.

Os encontros, propositalmente, foram agendados antes da realização das reuniões do conselho, a fim de que, conhecendo antecipadamente a pauta e tendo esclarecimento quanto ao vocabulário utilizado e ao significado das siglas que fazem parte da rotina dos profissionais, técnicos e dirigentes que integram e participam do conselho as conselheiras pudessem participar com segurança,

A partir da dinâmica de roda de conversa, buscando-se viabilizar a manifestação espontânea das participantes e a interação entre as mesmas, como também observar o grau de entendimento das conselheiras quanto a sua representação e ao seu papel de conselheira, suas demandas e necessidades de informação/orientação, o que possibilitou o planejamento sequencial dos encontros.

RESULTADOS

O primeiro encontro aconteceu no dia 17 de setembro de 2019, com a participação de 06 seis representantes, eleitas pela primeira vez, para participar do conselho e com a participação do conselheiro representante dos trabalhadores na área.

Com o objetivo de identificar entre as participantes qual o significado da representação e o entendimento sobre qual é o papel de conselheiro, inicialmente foi proposto para que cada uma relatasse como participou da eleição e o que significava ser conselheira. Identificou-se que todas estavam dispostas a participar e colaborar com a defesa dos direitos da pessoa idosa, sabiam que representavam a população idosa, porém desconheciam o que efetivamente é o Conselho e como atua.

Na sequência foi abordado sobre o que é o Conselho, suas atribuições e competências, qual é a função do conselheiro e sua representatividade. Observou-se que as participantes (iniciantes no conselho), desconhecem o significado dos termos e siglas correspondentes a órgãos e instituições, que fazem parte do vocabulário cotidiano das reuniões do conselho, com isso, tornou-se uma preocupação, onde em todas as reuniões de formação seriam iniciadas a partir do significado das siglas mais usadas e ouvidas nas reuniões; também foram orientadas a anotarem e trazerem para os próximos encontros as dúvidas e perguntas que surgissem durante a reunião do Conselho.

No segundo encontro inicialmente fez-se uma conversa sobre: "O que acharam da reunião do conselho, como se sentiram, o que agradou e se a participação na reunião foi difícil.

As conselheiras manifestaram a necessidade e a importância de retomar para relembrar alguns tópicos tratados no encontro anterior, o que não nos causou estranhamento, pois isso já era esperado devido à complexidade da legislação e o uso frequente, pelos demais conselheiros reeleitos, de termos que não fazem parte do dia-a-dia dos conselheiros e conselheiras recém-eleitas.

Sendo assim, foi esclarecido sobre os significados das várias siglas que fazem parte do vocabulário do cotidiano do trabalho realizado pelo conselho e abordado sobre a proteção da pessoa idosa à luz dos direitos previstos no Estatuto do Idoso e sobre os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como mecanismo de proteção, defesa e efetivação desses direitos, contando com a participação da sociedade civil. Apresentou-se e discutiu-se a pauta proposta para a reunião do Conselho com esclarecimento de dúvidas acerca dos assuntos pautados e das siglas utilizadas.

No terceiro encontro também inicialmente foi realizada uma conversa acerca das impressões que as conselheiras tiveram e de uma avaliação da reunião do Conselho realizada no 21 de outubro de 2019. A seguir se explicou o que são e o que fazem as comissões de: orçamento e financiamento, políticas públicas, normas e fiscalização, comunicação, bem como o que é para que serve o Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Também houve um feedback sobre o conteúdo abordado, esclarecendo as dúvidas que surgiram quanto a legislação, resoluções, grau de dependência para o atendimento a pessoa idosa, e sobre a participação nas comissões, enfatizando o objetivo das mesmas e sua importância para acompanhar os planos municipais das políticas públicas, os programas, projetos e atividades dos serviços ofertados pelo órgão gestor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto se pode afirmar que a prática extensionista a o projeto de extensão como campo de estágio propicia a experiência da atividade profissional, e com a execução do projeto de intervenção sentimos ainda mais a concretização do saber aplicado, pois houve a possibilidade de agir e intervir na realidade das pessoas, ampliando os conhecimentos obtidos na formação acadêmica. Pensar em formação, ampliou nosso

conhecimento acerca das políticas públicas em relação a defesa de direitos garantidos na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso.

Com a execução desse projeto, superamos desafios e buscamos formas de enfrentamento e qualificação para os conselheiros, para que estes se tornem sujeitos autônomos, responsáveis pela direção social nas transformações da sociedade local. Os conselhos como espaços públicos e democráticos devem ser aproveitados para o controle social exercido pelos próprios sujeitos, estes, autores de sua cidadania. Ensejamos que este trabalho possa contribuir, também, como subsídio para capacitação e formação continuada de futuros conselheiros no município de Ponta Grossa, assim como foi proposto em reunião do CMDPI de Ponta Grossa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.168p.

BRASIL³. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003. 2º Edição Revisada. Série E. Legislação de Saúde. 2006. Editora MS

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Comunicados IPEA nº 157 Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011. Disponivel em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121011_comunicadoipea157.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2020.

PROEX. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais Divisão de Extensão Universitária (PROEX). Disponível em: <http://uepg.br/proex/>. Acesso em: 06 de junho de 2019.